

REPERCUSSÕES DO CÁRCERE PARA ALÉM DOS MUROS: O TESTEMUNHO DE MULHERES FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

ELEN SILVA DA SILVA¹; INGRID AZAMBUJA CARDOSO²; BRUNO ROTTA ALMEIDA³

¹*Universidade Federal de Pelotas – elen.savlis@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ingridazcar@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – bruno.rotta@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

A classificação do sistema prisional brasileiro como “estado de coisas inconstitucional” pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, evidenciou a superlotação e as sistemáticas violações de direitos humanos dentro dos estabelecimentos prisionais (ALMEIDA et al., 2023). E embora esse tema venha sendo amplamente investigado e discutido no meio acadêmico, há um aspecto frequentemente negligenciado e invisibilizado: o impacto que o encarceramento de um familiar provoca nos entes próximos, especialmente nas mulheres. O encarceramento de um indivíduo não é um fenômeno que afeta exclusivamente o apenado; ele reverbera de maneira intensa sobre toda a rede familiar, especialmente sobre as mulheres que mantêm vínculos afetivos com a pessoa privada de liberdade (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.112).

Essas mulheres assumem papéis de cuidadoras, provedoras e defensoras de direitos, vivenciando uma dupla penalização: a institucional, imposta pelo Estado, e a social, marcada pelo estigma e preconceito. Segundo PROENÇA (2022), a estigmatização e a segregação social que lhes são impostas configuram, em certa medida, uma “vingança” estatal. É esse contexto de desigualdade social e de violência institucional direcionada às mulheres familiares de pessoas presas que motiva a pesquisa aqui proposta.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as múltiplas repercussões do cárcere na vida de mulheres familiares de pessoas privadas de liberdade, considerando os impactos emocionais, econômicos, sociais e a violência institucional decorrentes do encarceramento. Além disso, busca-se destacar o papel dessas mulheres na denúncia e resistência frente à violência institucional, evidenciando a relevância de sua voz na construção de políticas de proteção e no enfrentamento das violações de direitos humanos.

2. METODOLOGIA

Em uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador examina obras já publicadas que são relevantes para o tema em estudo, permitindo uma análise aprofundada do problema de pesquisa. Essa abordagem é fundamental desde o início, pois ajuda a identificar se já existem trabalhos científicos sobre o assunto, facilitando a escolha do problema e a definição de um método adequado. A pesquisa bibliográfica é essencial na construção do conhecimento científico, pois proporciona um entendimento mais claro do fenômeno investigado. Para realizá-la, utilizam-se fontes como livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outras publicações já existentes (SOUSA, OLIVEIRA, ALVES, 2021).

O presente trabalho adotará a pesquisa bibliográfica como metodologia, analisando obras relevantes sobre as vivências de mulheres familiares de pessoas privadas de liberdade e o enfrentamento da violência institucional com protagonismo feminino. A partir dessa análise, será desenvolvida uma discussão acerca das principais implicações que o cárcere impõe a essas mulheres e das formas que elas encontram para resistir à violência institucional e ao estigma social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O encarceramento de um familiar provoca impactos profundos na vida das mulheres que assumem a responsabilidade pelo cuidado e sustento do lar, resultando em mudanças significativas na rotina, nas condições econômicas e nas relações afetivas da família. Essa realidade é evidenciada pela pesquisa apresentada no livro *La cárcel en el entorno familiar* (2006), que, a partir de entrevistas semiestruturadas e relatórios com mulheres que têm parentes presos, analisou as múltiplas repercussões do encarceramento sobre familiares de detentos, revelando impactos emocionais, socioeconômicos, de saúde e de degradação humana (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.12). Outro estudo relevante, realizado pela Rede Internacional de Mulheres Familiares de Pessoas Detidas (RIMUF) com 188 mulheres de 8 países, constatou que os efeitos do encarceramento são semelhantes, independentemente da nacionalidade, cultura ou religião. Dentre as reverberações do cárcere apontadas por ambas as pesquisas, três se destacam pelo impacto: a saúde emocional e mental, os aspectos econômicos, a violência institucional durante as visitas e o estigma social.

A sobrecarga de funções impacta diretamente a saúde mental e emocional das mulheres nesse contexto, já que, além de assumirem o cuidado do lar e a gestão das finanças, também precisam oferecer apoio material e afetivo ao familiar preso (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.107). Segundo a pesquisa realizada pela RIMUF (2021), o encarceramento afeta negativamente a saúde física e mental das mulheres familiares: 82% das entrevistadas relataram piora em sua saúde geral após a detenção do familiar, 85% afirmaram que sua saúde mental e emocional se deteriorou, com estresse e ansiedade sendo comuns, e 66% indicaram a necessidade de atendimento profissional para cuidar de sua saúde física e mental.

A sobrecarga financeira é outro efeito direto do encarceramento. Despesas com transporte, mantimentos, advogados e itens básicos para a manutenção da vida prisional recaem sobre os familiares, geralmente mulheres já responsáveis pelo sustento do lar (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.124). Muitas enfrentam dificuldades financeiras significativas: a maioria trabalha fora, há relatos frequentes de que as contas não fecham ao final do mês e grande parte não recebe qualquer auxílio estatal. Além disso, muitas acumulam tarefas domésticas e o cuidado de crianças, próprias ou de terceiros (RIMUF, 2021). A reorganização da rotina doméstica, o cuidado com os filhos e a gestão de burocracias institucionais aumentam ainda mais a pressão sobre essas mulheres, criando barreiras adicionais à manutenção de sua qualidade de vida (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.127).

Também se destacam as experiências de visitas aos estabelecimentos prisionais e a violência institucional enfrentada por essas mulheres, que, segundo GARCIA-BORÉS et al. (2006, p.117), podem ser humilhantes e desumanizantes, gerando sentimentos de insegurança, desvalorização e queda na autoestima. De acordo com PROENÇA (2022, p.102), o contato com o sistema penitenciário muitas vezes é hostil e desrespeitoso. Relatos de familiares evidenciam situações de humilhação, desprezo e barreiras impostas por agentes penitenciários, prejudicando

o exercício do direito à visita e a dignidade das mulheres. Na pesquisa realizada pela RIMUF (2021), as participantes relataram enfrentar discriminação e violência ao visitar seus familiares encarcerados: 85% consideram o tratamento dos agentes penitenciários ruim ou péssimo; 75% se sentiram discriminadas por serem familiares de detentos; e 67% gostariam de denunciar as violências sofridas, mas não o fizeram por medo ou falta de informação.

Por último, o preconceito social contra familiares de pessoas privadas de liberdade é uma realidade cruel, uma punição imposta pela sociedade aqueles que crime nenhum cometem. A estigmatização social reforça o isolamento das famílias, levando muitos a ocultar a situação do parente preso para vizinhos, amigos e até crianças, como forma de evitar discriminação e hostilidade. Dentro do núcleo familiar, a ausência de apoio e a culpabilização de parentes contribuem para conflitos e para a desagregação dos vínculos afetivos. Assim, o cárcere não apenas separa fisicamente, mas também provoca rupturas sociais e emocionais profundas (GARCIA-BORÉS et al., 2006, p.121).

Diante desse cenário, percebe-se que o encarceramento não afeta apenas a pessoa privada de liberdade, mas impõe às mulheres de sua rede familiar um conjunto de desafios que atravessam o emocional, o social e o econômico. Essas mulheres, frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas, tornam-se protagonistas na luta pela sobrevivência e pela preservação dos vínculos afetivos, enfrentando a violência institucional e o estigma social que o cárcere projeta para além de seus muros.

Além do papel de provedoras e cuidadoras, as mulheres familiares também atuam na defesa dos direitos humanos dentro dos estabelecimentos prisionais, lutando tanto pela garantia dos direitos dos detentos quanto pela proteção dos seus próprios, frequentemente violados durante as visitas. A organização entre mulheres familiares revela-se crucial para enfrentar os desafios do encarceramento: associações e grupos de apoio oferecem suporte emocional, jurídico e social, promovendo a luta pelos direitos das famílias; a experiência coletiva ajuda a combater a solidão e a estigmatização; e os relatórios produzidos a partir dessas articulações, como os da RIMUF, visibilizam a realidade das mulheres afetadas pelo cárcere (RIMUF, 2021).

Um exemplo significativo desse protagonismo feminino é a criação, em 2021, durante a pandemia de coronavírus, da Frente pelo Desencarceramento do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma associação da sociedade civil composta por familiares e amigos de pessoas encarceradas, ativistas, entidades civis, órgãos do sistema público de proteção, egressos do sistema prisional e agentes penitenciários. A organização busca combater as condições degradantes do encarceramento e, a partir dos relatos de tortura e maus-tratos coletados, possibilitou o início de investigações conduzidas pela Administração Pública, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e por demais órgãos de controle e fiscalização (ALMEIDA; MOURA, 2023, p.261).

4. CONCLUSÕES

O presente estudo demonstra que o encarceramento de um familiar produz impactos profundos e multifacetados na vida das mulheres, abrangendo dimensões emocionais, econômicas, sociais e jurídicas. As dificuldades enfrentadas, sobrecarga emocional, desafios financeiros, violência institucional durante visitas e, estigmatização social revelam a vulnerabilidade a que essas mulheres estão

expostas, ao mesmo tempo em que destacam sua resiliência e protagonismo. Ao assumirem papéis de cuidadoras, provedoras e defensoras de direitos, elas não apenas mantêm o vínculo familiar, mas também atuam na denúncia de violações e na construção de políticas de proteção às famílias de pessoas privadas de liberdade. O fortalecimento de redes de apoio e associações, como a Frente pelo Desencarceramento do Rio Grande do Sul, demonstra a importância da organização coletiva para enfrentar as desigualdades e garantir a visibilidade das experiências dessas mulheres, apontando caminhos para a promoção de direitos humanos e justiça social no contexto prisional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, B.R *et al.* A preocupação com a saúde prisional dos presos e como as mulheres familiares contribuem para a melhora deste problema. In: **Congresso de Iniciação Científica**, 9., Pelotas, 2023. **Anais...** Pelotas: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação 2023. v.9

ALMEIDA, B.R.; MOURA, M.M. Familiares de personas detenidas y su contribución al combate de la tortura en las prisiones de Rio Grande do Sul. Rev. Bras. de Direito Processual Penal, Porto Alegre, v.9, n.1, p. 39-64, 2023.

GARCIA-BORÉS, P *et al.* **La cárcel en el entorno familiar**. Barcelona: Ciutadania i Drets, 2006.

Proença, A.C.L. Entre celas e muros: a luta das visitantes do sistema prisional para garantir suas relações afetivas e a dignidade de seus familiares. Curitiba, 2022.

RIMUF. El Impacto de la cárcel en las mujeres familiares, 2021.

SOUSA, S.S *et al.* A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v.20, n.43, 2021